



Presidente, o esvaziamento estrutural da Gestão Socioambiental é retrocesso

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva vetou e manteve algumas alterações propostas no Projeto de Lei de reestruturação dos ministérios. Agora, senadores e deputados precisarão votar em sessão conjunta para decidir se esses vetos serão mantidos ou derrubados. De forma geral, a proposta de diminuição das atribuições do Ministério do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas foi contemplada, conforme vontade do Centrão. Isso é um retrocesso e representa um alerta de esvaziamento da gestão ambiental.

Embora as 37 pastas definidas pelo governo federal tenham sido mantidas (31 ministérios e seis órgãos com status de ministério), houve alterações nas atribuições de ministérios relacionados ao meio ambiente, aos direitos indígenas e à agricultura familiar.

Ponto polêmico na proposta, a Agência Nacional de Águas (ANA) e o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, demandas historicamente ambientais, ficam no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Já o Cadastro Ambiental Rural (CAR), por sua vez, fica vinculado ao Ministério de Gestão e Inovação em Serviços Públicos.

Há tempos a ASCEMA Nacional defende que desvincular estas pastas da gestão socioambiental pode custar caro tanto para o meio ambiente quanto para povos indígenas, comunidades tradicionais e até para quem vive da agricultura familiar. É a boiada continuando a passar.

O presidente manteve o esvaziamento do Ministério dos Povos Indígenas em relação à demarcação territorial, transferindo essa atribuição para o Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme solicitado pelo Centrão. A Funai perdeu uma de suas funções estratégicas, que era encaminhar as demarcações.

O Projeto de Lei, originalmente apresentado como Medida Provisória 1154/2023, foi devolvido pelo Senado ao Palácio do Planalto como Projeto de Lei 14.600/2023. Agora, cabe aos legisladores determinar se os vetos de Lula serão mantidos ou anulados. Para rejeitar um veto, será necessário o voto da maioria absoluta dos parlamentares em cada uma das Casas.

A ASCEMA Nacional e demais entidades comprometidas com o Meio Ambiente seguem na luta pela permanência e fortalecimento da estrutura de gestão ambiental do país, contra o desmonte das políticas ambientais construídas há décadas.

Entidades ambientalistas e servidores públicos que atuam na área apoiaram com todas as suas forças a eleição do presidente Lula, por prometer que o meio ambiente teria um papel de protagonismo em seu governo. Por isso, nós da ASCEMA Nacional nos sentimos no direito e com propriedade para cobrar estas promessas e não permitir que a agenda ambiental seja moeda de troca com políticos que representam setores que vêm no meio ambiente um obstáculo para as suas ambições.

Brasília, 23/06/2023

ASCEMA Nacional